

BLOCO 4 - TRABALHO E SAÚDE DO SERVIDOR**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.
 - Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- 08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que
- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
 - portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, *mp3 player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
 - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;
 - se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.
- 09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.
- 10 - **O tempo disponível para estas provas de questões objetivas é de 4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para marcação do seu **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.
- 11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** (www.cesgranrio.org.br).

CONHECIMENTOS GERAIS

1

A não inclusão do montante efetivamente estimado da arrecadação de receitas no orçamento público afeta a programação das despesas, que vão gerar bens e serviços públicos, e contraria o princípio orçamentário da(o)

- (A) Universalidade
- (B) Exclusividade
- (C) Discriminação
- (D) Unidade
- (E) Orçamento bruto

2

Um economista, responsável pela gestão do orçamento do estado B, utiliza como parâmetro para sua atividade as normas federais que cuidam da boa gestão financeira e que recomendam a previsão de receitas como base para a construção do planejamento estatal.

Nos termos da Lei Complementar Federal no 101/2000, a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se for comprovado erro ou omissão de ordem

- (A) política ou social
- (B) técnica ou legal
- (C) pessoal ou conciliatória
- (D) preponderante ou acolhedora
- (E) construtiva ou permissiva

3

Em novembro de 2023, o Presidente da República vetou um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que previa prorrogação de benefícios fiscais (as chamadas “desonerações”) para empresas de vários setores econômicos. Na prática, o projeto de lei reduzia a contribuição patronal no pagamento da contribuição previdenciária, que custeia o pagamento de aposentadorias e benefícios da Previdência Social. O veto presidencial apontou como irregularidade a autorização para renúncia de receita sem indicar o impacto orçamentário e a devida fonte de compensação.

Para ser considerada regular, a concessão de benefícios que implique renúncia de receita deve atender as disposições anualmente previstas no(a)

- (A) Orçamento Fiscal
- (B) Anexo de Riscos Fiscais
- (C) Decreto de Programação Financeira
- (D) Orçamento Plurianual de Investimentos
- (E) Lei de Diretrizes Orçamentárias

4

DIGNIDADE MENSTRUAL

Governo divulga critérios de distribuição de absorventes higiênicos no SUS

Serão beneficiadas pessoas matriculadas na rede pública e registradas no CadÚnico. Distribuição poderá

ocorrer em escolas, unidades básicas de saúde, unidades de acolhimento do SUAS e sistema prisional.

O Governo Federal divulgou, nesta segunda-feira (19), uma portaria interministerial com alguns dos critérios práticos de funcionamento do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual, que garante absorventes gratuitos a cerca de 24 milhões de pessoas em condição de vulnerabilidade social. O público-alvo é formado por pessoas registradas no Cadastro Único do Governo Federal e abrange pessoas em situação de rua ou de pobreza. Inclui ainda pessoas matriculadas na rede pública de ensino estadual, municipal ou federal, em todas as modalidades de ensino, que pertençam a famílias de baixa renda, assim como aquelas que estejam no sistema penal ou cumprindo medidas socioeducativas.

Distribuição

Os absorventes poderão ser distribuídos em estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde e escolas da rede pública, além de unidades da rede de acolhimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, presídios, instituições para cumprimento de medidas socioeducativas e outros equipamentos que atendam as especificações do Programa.

Campanhas

O Governo Federal prevê campanhas publicitárias para esclarecer o público sobre os temas relativos à dignidade menstrual, combater desinformações sobre o tema e produzir materiais gráficos para divulgar o programa.

Capacitação

Estão previstas ações de capacitação de agentes públicos para disseminar informações e serviços sobre o tema, em forma de cursos de curta duração, de preferência a distância, e ações de educação coletiva, respeitando as realidades regionais.

Dignidade

A dignidade menstrual é questão que envolve aspectos de saúde pública, educação, cidadania e autoestima. Há milhares de pessoas que menstruam sem acesso a absorventes. Em consequência, meninas deixam de frequentar aulas por vergonha, e mulheres usam formas inadequadas de contenção do fluxo, como papel higiênico e até miolo de pão.

Crítérios

Segundo o texto, as aquisições levam em conta normas de qualidade estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a estimativa de ciclo menstrual mensal e de uso médio de unidades de absorventes estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Governo divulga critérios de distribuição de absorventes higiênicos no SUS. Saúde e Vigilância Sanitária. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 19 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/governo-divulga-criterios-de-distribuicao-de-absorventes-higienicos-no-sus>. Acesso em: 2 jan. 2023. Adaptado.

O texto mostra que a implementação de uma política envolve explicitar no seu desenho todas as decisões que devem ser tomadas, o público-alvo, os recursos empregados, as ações a serem feitas, seus resultados e suas possíveis revisões. Ou seja, por trás da elaboração de uma política ou programa está a utilização do modelo lógico.

Com base no texto e nos componentes do modelo lógico, conclui-se que

- (A) a carga horária de trabalho dos agentes de saúde para as ações de educação coletiva é contabilizada como parte das atividades.
- (B) o Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual tem como produto a capacitação dos agentes públicos para disseminar as informações e os serviços sobre o tema.
- (C) o Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual tem como insumo a distribuição de absorventes de forma gratuita para 24 milhões de pessoas.
- (D) no Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual, tem-se como resultado uma caracterização qualitativa das meninas com dificuldades nessa área.
- (E) um impacto esperado do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual é a redução do absenteísmo escolar.

5

A avaliação da governança de uma política, segundo o método de multicritérios de apoio à decisão – MDCA, considera que

- (A) a definição de forma clara dos papéis e das responsabilidades da coordenação de uma política é indispensável.
- (B) a avaliação da governança deve considerar que os componentes do modelo de governança não possuem sobreposições.
- (C) o mecanismo de controle, entre os mecanismos de governança, é o que foca apenas a institucionalização.
- (D) as políticas que são transversais são mais difíceis de serem avaliadas, demandando outras formas de avaliação que não perpassem por múltiplos critérios.
- (E) os rumos da política são impossíveis de serem mudados se a governança já está estabelecida.

6

Em um determinado município, foi realizado um programa de construção de postos de saúde locais. O gestor do programa solicitou a um consultor que fizesse uma avaliação dos processos de implementação desse programa.

O consultor realizará essa avaliação com base nas seguintes perguntas, EXCETO:

- (A) O número de atendimentos médicos aumentou?
- (B) A infraestrutura dos postos atende com qualidade os moradores?
- (C) Os materiais da obra chegaram no momento adequado?
- (D) Os médicos e enfermeiros foram contratados?
- (E) Os serviços de água e energia estão disponíveis com a frequência adequada?

7

Durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, grandes grupos se articularam para garantir que seus interesses não fossem preteridos na nova Carta Constitucional. Na época, foi veiculada uma matéria de jornal que dizia:

“Lobby é como torcida de futebol, que faz barulho, xinga o juiz e às vezes influencia o jogo”, comparou ontem o primeiro vice-presidente da Fiesp/Ciesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, ao reconhecer que existirão grupos de pressão sobre a Constituinte que se instala amanhã. Para ele, são pressões absolutamente válidas, de vários setores, não só da indústria, que tentará convencer os constituintes sobre a necessidade de suas ideias serem incluídas na nova Carta, como dos próprios trabalhadores, que preparam uma manifestação na frente do Congresso Nacional. “Lobby não é pecado”, resumiu.

FIESP confirma ter grupo de pressão. O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34333, p. 6, 31 jan. 1987. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/114320/1987_%2020%20a%2030%20DE%20JANEIO_161.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jan. 2024. Adaptado.

Considerando-se o contexto acima e o funcionamento das disputas de poder dentro das democracias contemporâneas, os grupos de pressão são identificados como

- (A) prepostos de grandes grupos econômicos que buscam influenciar decisões políticas recorrendo à atividade de lobby, abrindo mão, assim, de recorrer a estratégias político-partidárias, como financiamento de partidos políticos ou de campanhas eleitorais.
- (B) conjuntos de indivíduos que, unidos por motivações comuns, buscam influenciar as decisões que serão tomadas pelo poder político, seja a fim de mudar a distribuição prevalente de bens, serviços, honras e oportunidades, seja a fim de conservá-la frente às ameaças de intervenção de outros grupos ou do próprio poder político.
- (C) associações societárias de caráter público-privado cuja finalidade é defender interesses da sociedade civil como um todo, fazendo frente a iniciativas

particularistas que visam articular interesses de conjuntos mais específicos da sociedade civil, obstaculizando leis e políticas públicas setoriais.

- (D) organizações não governamentais cuja eficácia de suas ações independe dos recursos de que dispõem — sejam recursos financeiros, de conhecimento ou de relações interpessoais —, mas fundam-se principalmente no valor ético e moral de suas bandeiras.
- (E) representantes da sociedade civil devidamente eleitos em pleitos democrático, cujas plataformas se identificam com as causas de determinadas minorias ou associações de classe e cujas ações passam necessariamente pela burocracia formal do Estado brasileiro.

8

Bajubá é um substantivo yorubá (nagô) e significa “assunto, segredo, conversa, apresentação entre pessoas”. O vocábulo também é apropriado pelas pessoas trans e disseminado entre os membros do segmento dissidente da heteronorma. Povo bajubá, portanto, se refere ao segmento populacional formado pelas dissidências sexuais e de gênero, bem como à cultura que produzem, em todos os seus aspectos. “Abafar o caso, bofe, divar, erê, odara e mona” são exemplos de vocábulos bajubá oriundos do ambiente LGBTQIA+ que foram absorvidos no uso corrente da língua e na mídia.

Adaptado de <https://museubajuba.org/apresentacao/>.

A partir do texto, analise as afirmativas a seguir sobre o bajubá como repertório de cidadania cultural para a comunidade LGBTQIA+, assinalando (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O bajubá é um vocabulário criado com base na língua dos países africanos e na liturgia das religiões afro-brasileiras, sendo utilizado como meio comunicativo e performativo de uma parcela da comunidade LGBTQIA+.

() O bajubá é instrumento cultural e identitário de grupo, pois promove a afirmação identitária de parcelas marginalizadas da sociedade brasileira.

() O vocabulário bajubeiro da comunidade LGBTQIA+, parcialmente incorporado no uso corrente da língua, é um instrumento linguístico-cultural que desafia normas de gênero e sexualidade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
 (B) V – F – F.
 (C) F – V – V.
 (D) V – V – F.
 (E) V – V – V.

9

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 9.

No trecho acima, a filósofa francesa está afirmando

- (A) que a condição feminina é uma imposição essencial da natureza que não varia segundo condições históricas, políticas ou culturais.
- (B) que as mulheres têm o dever político de assumir a condição feminina e seus determinantes.
- (C) que o conceito de “feminino” é social e culturalmente construído numa perspectiva histórica.
- (D) que a igualdade entre homens e mulheres é impossível, dadas as condições históricas da opressão feminina.
- (E) que as fêmeas adquirem papéis sociais conforme seu lugar de produção de bens e riquezas na sociedade capitalista.

10

Um administrador de empresas exerce cargo comissionado em determinado órgão público que está assoberbado de requerimentos com pleitos diversos. Com o intuito de resolver o problema, cria sistema de metas, com prêmios de produtividade, buscando respaldo em autorização normativa recentemente aprovada. No caso em tela, está sendo realizado o princípio, aplicável à administração pública, da

- (A) moralidade
 (B) publicidade
 (C) eficiência
 (D) organização
 (E) solidariedade

11

Nos termos do Decreto Lei nº 200/1967, a Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade

- (A) simples
 (B) anônima
 (C) integral
 (D) por cotas
 (E) por comandita

12

P obtém aprovação para ingressar no serviço público federal, tendo tomado posse e entrado em exercício nos prazos legais. Sendo profissional altamente qualificado na sua área de conhecimento, logo após entrar em exercício, também logra aprovação para cursar mestrado no exterior do país. Baseado na Lei nº 8.112/1990, P requer licença com vencimentos para manter seu vínculo com o serviço público.

O referido estatuto do servidor, no caso de período em que ocorre o estágio probatório, veda a concessão de licença para

- (A) capacitação
- (B) acompanhar cônjuge
- (C) tratar doença
- (D) serviço militar
- (E) atividade política

13

Um cidadão solicita a uma universidade federal informações sobre auditorias internas de exercícios anteriores. O responsável pelo setor informa que essa documentação foi extraviada, não sendo possível o acesso a ela.

De acordo com a Lei nº 12.527, o cidadão interessado, no caso dessa recusa, poderá requerer à autoridade competente o(a)

- (A) ressarcimento de custas
- (B) processo administrativo
- (C) busca e apreensão
- (D) cópia da informação
- (E) abertura de sindicância

14

Segundo o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal assegurarão às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, proporcionado mediante procedimentos objetivos, ágeis e transparentes, em linguagem clara e de fácil compreensão, observados os princípios da Administração Pública e as diretrizes previstas nessa Lei. Essa informação é obtida por transparência ativa e por transparência passiva.

São exemplos de transparência ativa e de transparência passiva, **respectivamente**, o(s)

- (A) atendimento pelo telefone e o atendimento presencial
- (B) formulário eletrônico e as redes sociais
- (C) formulário físico e o pedido no protocolo
- (D) serviço de informações ao cidadão e os sítios na internet
- (E) sítios na internet e o serviço de informações ao cidadão

15

A organização da separação de funções conformada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 **proíbe** a seguinte hipótese:

- (A) Controle de constitucionalidade das leis pelo Poder Judiciário.
- (B) Controle de legalidade da função administrativa pelo Poder Judiciário.
- (C) Lei que autorize o chefe do Poder Executivo a legislar por decreto.
- (D) Sujeição da função Legislativa à Constituição;

16

A criação de uma agência reguladora, nos termos da Constituição de 1988, dependerá de lei

- (A) ordinária, de iniciativa apenas do Chefe do Executivo.
- (B) ordinária, de competência privativa do Congresso Nacional.
- (C) ordinária, de iniciativa parlamentar ou do Chefe do Executivo.
- (D) complementar, de iniciativa privativa do Senado Federal.
- (E) complementar, de iniciativa parlamentar ou do Chefe do Executivo.

17

O Disque Direitos Humanos - Disque 100 - é um serviço de utilidade pública do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos no Brasil. De acordo com os dados levantados através do Disque 100:

Em 2022, foram feitas 96 mil denúncias de violência contra pessoas idosas. Não é possível distinguir quais delas foram cometidas em áreas urbanas ou rurais. Os filhos estão no topo dos agressores. Desse total, 48 mil, ou seja, a metade, foram cometidas por eles. Quase a metade, 43 mil, ocorreram nas casas onde moram as pessoas idosas e os agressores, e 42 mil, na casa onde moram apenas as pessoas idosas. As violências mais comuns são físicas, que envolvem exposição de risco à saúde, maus tratos, abandono e insubsistência material; e psíquicas, como tortura psíquica, insubsistência afetiva e constrangimento. Em seguida, estão as violências patrimoniais. Apenas no primeiro semestre deste ano, já foram feitas 65 mil denúncias, que seguem o mesmo padrão dos anos anteriores.

TOKARNIA, Mariana. Estatuto do Idoso traz melhoras no campo, mas falta acesso a serviços. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 29 set. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-09/estatuto-do-idoso-trazmelhoras-no-campo-mas-falta-acesso-servicos>. Acesso em: 27 dez. 2023. Adaptado.

Nesse cenário de violação dos direitos, de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, devem ser tomadas as medidas de proteção à pessoa idosa que

- (A) poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam, independentemente dos vínculos familiares e comunitários.
- (B) poderão ser determinadas pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, prioritariamente, quando houver a necessidade de orientação, apoio e acompanhamento permanentes.
- (C) são aplicáveis sempre que os seus direitos reconhecidos por lei sejam ameaçados ou violados por falta, omissão ou abuso da família, do curador ou de entidade de atendimento.
- (D) são aplicáveis, mediante denúncia feita aos Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais, aos quais compete afastar o(a) agressor(a) da convivência da pessoa idosa.

(E) são aplicáveis somente quando os direitos da pessoa idosa forem ameaçados ou violados em razão de sua condição pessoal e de vulnerabilidade social.

18

Um economista vinculado à UNEMAT é pessoa com deficiência. Com necessidade de atuar em processo judicial, constitui advogado para representá-lo.

Nos termos da Lei no 13.146/2015, para que uma pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, sempre que figure em um dos polos da ação, devem ser oferecidos todos os recursos de tecnologia

- (A) assistiva
- (B) atual
- (C) moderna
- (D) ativa
- (E) conciliadora

19

Na medida em que é editada uma lei, regularmente votada pelo Congresso Nacional, a qual protege as pessoas com certo grau de deficiência física, ofertando oportunidades de inserção no mercado de trabalho, está sendo realizado o princípio da

- (A) cidadania
- (B) organização
- (C) proteção
- (D) democracia
- (E) república

20

Um relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) aponta que o semiárido brasileiro, que engloba boa parte do Nordeste e o norte de Minas Gerais, já enfrenta secas mais intensas e temperaturas mais altas, o que está acelerando o processo de desertificação. Inclusive, a forte onda de calor atingiu a Europa Ocidental, provocou distúrbios na vida cotidiana: impacto sobre corpo e saúde das pessoas e alta demanda por água e energia para resfriar ambientes. (Agência de notícias BBC News Brasil, 21 de julho de 2022). A esse respeito é correto afirmar que

- (A) o impacto da onda de calor e o processo de desertificação só atingem a produção agrícola e não a vida das pessoas.
- (B) a reportagem contém erro de informação, pois a recente onda de calor não ocorreu na Europa e sim no Continente Asiático.
- (C) a probabilidade de ocorrência de ondas de calor extremas cresce à medida que a temperatura aumenta.
- (D) esse evento climático está controlado, já que a meta de limitar o aquecimento da Terra em 1,5°C foi alcançada.
- (E) pesquisas afirmam que as mudanças climáticas não impactam a vida humana.